

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.500.525 - RJ
(2019/0132678-7)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : A S B
ADVOGADO : CARMEN VILLARONGA FONTENELLE - RJ043674
AGRAVADO : E J DOS S
ADVOGADOS : ALINE DE BRAGANÇA AMARAL - RJ133745
MARTA ANDREIA VASQUES DE SOUSA - RJ088439
AROLDO LEAL JÚNIOR E OUTRO(S) - MG066277

DECISÃO

Cuida-se de agravo interno, interposto por A. S. B., em face da decisão de fls. 245-246 e-STJ, da lavra deste relator, que negou seguimento ao agravo (art. 1.042 do CPC/15), por aplicação do óbice contido na Súmula 182/STJ. Procedem, no entanto, as alegações da parte recorrente, devendo ser reconsiderada a decisão agravada.

Pois bem. Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto em face da decisão acostada às fls. 185-192 e-STJ, que, em juízo prévio de admissibilidade, negou provimento ao recurso especial.

O apelo extremo, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 109-115 e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado:

AGRAVO INTERNO. DECISÃO MONOCRÁTICA. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. EXCEÇÃO DE PRE- EXECUTIVIDADE. ARGUMENTAÇÃO TRAZIDA NA EXCEÇÃO QUE NÃO SE MOSTROU ADEQUADA. A exceção de pré-executividade serve à suscitações e questões que devam ser conhecidas de ofício pelo juiz, como as atinentes à liquidez do título executivo, os pressupostos processuais e as condições da ação executiva. O espectro das matérias suscetíveis através da exceção não aceitam dilação probatória. Inexistência do alegado cerceamento de defesa. Entendimento pacífico dos Tribunais Superiores que o julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. Recurso que se nega provimento.

Opostos embargos de declaração (fls. 125-130 e-STJ), esses foram rejeitados (fls. 137-142 e-STJ).

Nas razões de recurso especial, alegou o insurgente que o acórdão recorrido violou os seguintes dispositivos de lei federal: (i) arts. 489, §1º e 1.022, sustentando, preliminarmente, a nulidade do acórdão por negativa de prestação jurisdicional (ii) art. 128, 460 e 743 do CPC/73, defendendo que, em sede de cumprimento de sentença homologatória de acordo, determinou-se substituição da obrigação de entrega do imóvel por indenização por perdas e danos, o que não foi requerido pela parte exequente e colide com os termos da avença firmada entre as partes, de modo que resta configurado excesso de execução.

Sem contrarrazões, fl. 183 e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade, a Corte de origem negou seguimento ao

Superior Tribunal de Justiça

apelo nobre rejeitando a alegada violação ao artigo 535 do CPC/73, por insuficiência de fundamentação recursal e aplicação das Súmulas 5/STJ e 7/STJ.

Inconformados, interpuseram o presente agravo (art. 1.042 do CPC/15), cuja minuta está acostada a fls. 206-216 e-STJ, por meio do qual pretende ver admitido o recurso especial.

Sem contraminuta, fl. 231 e-STJ.

É o relatório. Decide-se.

Ante as razões expendidas, torna-se sem efeitos a decisão de fls. 245-246 e-STJ e dá-se provimento ao agravo em recurso especial.

1. Compulsando os autos, verifica que a parte impugnou de modo suficiente a decisão proferida em juízo prévio de admissibilidade, inclusive a aplicação da Súmula 83/STJ ao indicar distinção entre o caso concreto e os precedentes invocados.

Passa-se à análise do agravo em recurso especial.

2. Este Superior Tribunal de Justiça reconhece a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional quando a Corte de origem, a despeito da oposição de embargos de declaração, omite-se a respeito de ponto essencial ao deslinde da controvérsia.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO.
NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.
VIOLAÇÃO AO ARTIGO 1022 DO CPC DE 2015. AGRAVO
INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O conhecimento do recurso especial exige a manifestação da Corte de Justiça acerca da tese de direito arguida. A recusa em pronunciar um juízo de valor a respeito da questão federal impede o acesso da parte interessada à instância especial. Assim, "caracterizado o vício da omissão, impõe-se o reconhecimento de ofensa ao art. 535 do CPC, anulando-se o acórdão proferido no julgamento dos embargos de declaração e determinando-se o retorno dos autos à origem para que seja sanada a eiva apontada" (REsp n. 1.187.583/RS, Relator o Ministro Castro Meira, julgado em 6/5/2010, DJe 17/5/2010).

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1238907/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/06/2018, DJe 27/06/2018)

Confiram-se, ainda, os seguintes precedentes: REsp 1438639/SC, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/03/2014, DJe 29/04/2014; AgRg no REsp 1221403/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 09/08/2016, DJe 23/08/2016; AgInt no REsp 1599987/AP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 07/10/2016; AgInt no REsp 1564400/RJ, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/08/2016, DJe 26/08/2016; EDcl no REsp 1227601/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/09/2016, DJe 13/09/2016

Nas razões do recurso especial, aventou o recorrente, preliminarmente, a configuração de negativa de prestação jurisdicional - violação ao artigo 1.022 do Código de Processo Civil -, ante a rejeição dos aclaratórios e a subsistência de omissão no acórdão recorrido quanto à alegação de ofensa à coisa julgada e excesso de execução, uma vez que o cumprimento de sentença teria determinado obrigações distintas daquelas previstas no título executivo - sentença homologatória de acordo - e, ainda, colidentes

Superior Tribunal de Justiça

com os termos da coisa julgada.

A Corte de origem, no entanto, ao julgar os aclaratórios opostos pelo roa recorrente, limitou-se a reforçar a fundamentação do aresto embargado, afirmando, em termos gerais, que a exceção de pré-executividade não poderia discutir matéria de prova. Veja-se (fl. 141 e-STJ):

Foi conclusivo, trazendo diversas jurisprudências a respeito do tema, sendo que as questões relevantes para o deslinde da controvérsia foram devidamente enfrentadas e resolvidas pelo acórdão, de sorte que não há nele nenhuma omissão, obscuridade ou contradição a ser sanada, conforme se apresenta o seguinte trecho extraído do acórdão embargado:

De acordo com entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça, realmente pode o executado ingressar, independentemente de impugnação, com a exceção de pré-executividade, desde que, trate sobre questões de defesa materiais onde o Juiz possa conhecer de ofício ou que possam ser comprovadas de plano, sem que haja necessidade de dilação probatória.

E concluiu:

Portanto, correta a análise dos fatos feita pelo Juízo monocrático. As alegações apresentadas na exceção de pre-executividade não se mostram adequadas. Seriam questões onde se faz necessária a dilação probatória, situação está que o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça veda, como vimos acima, levando assim ao não conhecimento daquele procedimento recursal.

Caberia ao Tribunal *a quo* enfrentar as teses invocadas pelo recorrente, ainda que para expressamente não as admitir ou refutá-las, razão pela qual se impõe o acolhimento da preliminar de violação do artigo 1.022 do Código de Processo Civil quanto ao ponto.

3. Ante o reconhecimento da negativa de prestação jurisdicional e a necessidade de retorno dos autos à Corte local para correção do vício inferido - omissão - fica prejudicada a análise das demais questões veiculadas no recurso especial.

4. Do exposto, torna-se sem efeitos a decisão de fls. 245-246 e-STJ e, conhecido o agravo (art. 1.042 do CPC/15), de plano, acolhe-se a preliminar de negativa de prestação jurisdicional, cassando o acórdão proferido em sede de embargos de declaração e determinando o retorno dos autos Tribunal de origem para novo julgamento, sanando a omissão acima apontada.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator